

OECD Employment Outlook 2010: Moving beyond the Jobs Crisis

Summary in Portuguese

Visão Geral sobre o Emprego na OCDE 2010: Ultrapassar a Crise de Emprego

Sumário em Português

- A *Visão Geral sobre o Emprego da OCDE* é o relatório anual da OCDE sobre o estado dos mercados de trabalho e emprego na área da OCDE.
- A edição de 2010 fornece uma actualização sobre os efeitos da crise financeira e económica no mercado de trabalho. Realça os esquemas de ajuste muito diferentes nos países da OCDE e as economias-chave emergentes: com um aumento de desemprego acentuado nalguns países contrastando com aumentos mais brandos noutros países, onde esquemas de trabalho de curto prazo incentivam a redução de horas como forma de preservar os empregos.
- O mercado de trabalho e as respostas de política social à crise mostraram-se vigorosos, mas requerendo ajustes significantes à medida que a retoma económica avança e as restrições fiscais se tornam mais vinculativas.
- A edição de 2010 fornece igualmente uma avaliação detalhada sobre a mobilidade do emprego nos mercados de trabalho da OCDE. Tal demonstra que os trabalhadores e os empregos estão continuamente a serem reafectados passando de empresas em declínio para empresas em crescimento e sectores em todos os países, mas é necessário um pacote de políticas de mercado de trabalho correcto para maximizar a recompensa da produtividade desta mobilidade simultaneamente minimizando a insegurança resultante para os trabalhadores.
- A *Visão Geral sobre o Emprego* apresenta igualmente novas provas sobre o trabalho em part-time. Sugere que estimular o aumento do trabalho em part-time de alta qualidade pode ser uma estratégia importante para os governos preocupados em promover uma taxa de emprego elevada no contexto do envelhecimento da população, conciliação entre vida familiar e trabalho e transições escola-trabalho organizadas.

E a retoma económica já começou na maioria dos países...

A economia mundial está a emergir da pior crise financeira e económica da última metade do século, mas serão necessários tempo e uma forte vontade política para curar as feridas no mercado de trabalho. Enquanto a retoma económica se está a ampliar e a fortalecer, o aumento do emprego continua a abrandar. Nos dois anos precedentes ao primeiro trimestre de 2010, o emprego desceu 2.1% na área da OCDE e a taxa de desemprego aumentou apenas um pouco mais de 50%, para 8.5%, correspondendo a 17 milhões adicionais de pessoas desempregadas. Além disso, uma medição mais alargada abrangendo trabalhadores desmotivados e subempregados é quase o dobro da taxa oficial de desemprego.

...mas na maioria dos casos, o aumento do rendimento previsto não será suficientemente forte para absorver rapidamente o abrandamento massivo do mercado de trabalho acumulado em muitos países...

Ainda que o desemprego possa ter atingido o seu ponto máximo e as últimas previsões da OCDE tenham revisto para cima as perspectivas económicas para o corrente e próximos anos, provavelmente a retoma não será suficientemente vigorosa para reabsorver rapidamente os elevados níveis de desemprego e subemprego. De facto, as últimas previsões sugerem que a taxa de desemprego da OCDE pode continuar acima dos 8% até ao final de 2011.

Com muitos desempregados a vivenciarem longos períodos sem emprego, existe o risco do aumento agudo no desemprego cíclico se tornar estrutural. Este risco varia consideravelmente entre os países. Nalguns países, uma redução de trabalho massiva levou a maiores aumentos de desemprego e inactividade, enquanto que se tem conseguido uma quota anormalmente elevada de redução do volume de trabalho apesar do tempo de trabalho ter reduzido noutros países. Para evitar que o desemprego se estabeleça nestes últimos é necessário um aumento do emprego vigoroso. No entanto, o risco da criação de emprego ser fraca durante a retoma (a chamada retoma sem emprego) é uma preocupação importante para este último grupo de países.

As economias da OCDE estão a enfrentar o desencorajador e duplo desafio de reduzir as elevadas taxas de desemprego e subemprego ao mesmo tempo que enfrentam défices fiscais sem precedentes

No início da recessão, com o rápido aumento do desemprego e subemprego, a maioria dos países da OCDE aumentou rapidamente os recursos para programas do mercado de trabalho. A maioria dos governos planeou no início do ano, manter de forma constante, e nalguns casos alargar mais, os recursos dedicados aos programas do mercado de trabalho durante 2010. No entanto, a pressão para que os défices fiscais sejam reduzidos está a aumentar rapidamente e muitos países necessitam efectuar escolhas difíceis para afectar recursos escassos. Existem

argumentos sólidos para que as políticas do mercado de trabalho devam continuar a ser adequadamente financiadas. Mas é essencial concentrar-se em programas *eficazes em termos de custos* e direccioná-los para os grupos mais desfavorecidos.

As medidas de apoio à procura de trabalho deveriam evoluir da preservação de empregos para o estímulo da criação de empregos...

Durante a recessão económica, foram realizadas incitativas públicas e privadas importantes na maioria das economias da OCDE para manter a procura de trabalho, principalmente encorajando as reduções nas horas trabalhadas como uma alternativa aos despedimentos. A constatação neste volume sugere que os esquemas públicos de trabalho de curto prazo (TCP) têm tido um papel importante na preservação dos empregos durante a crise, embora tenham sido efectuadas reduções de horas significativas através de cortes nas horas extraordinárias, acordos de horas anuais e, nalguns casos, acordos entre empregadores e trabalhadores. Muitos países apoiaram igualmente a procura de trabalho reduzindo os custos não salariais do trabalho.

À medida que a retoma avança, é importante começar a eliminar gradualmente os esquemas de trabalho de curto prazo para evitar dificultar o melhoramento da produtividade da reafecção laboral em todos os sectores e empresas. Simultaneamente, condições fiscais apertadas sugerem alterar o enfoque nos cortes transfronteiriços em custos não salariais do trabalho para subsídios focalizados na criação de emprego, principalmente entre os desempregados de longo prazo ou outros grupos vulneráveis, e igualmente para evitar o aumento de perdas “peso morto”.

O recurso generalizado a esquemas de trabalho de curto prazo fornece igualmente percepções úteis sobre a sua utilização óptima no ciclo conjuntural. Em particular, a taxa de inclusão variou entre os países: eram muito mais elevadas em países que já tinham um esquema implantado antes da crises do que nos que introduziram estes esquemas *de novo* durante a recessão. O Timing foi crítico neste caso, os esquemas de trabalho de curto prazo tendem a ser mais eficazes no início de uma recessão e, nalguns países, provou-se ser difícil instalá-los suficientemente rápido de forma a serem totalmente eficazes. À luz destes problemas, uma questão importante é saber se será apropriado manter um pequeno, mas correctamente gerido esquema de trabalho de curto prazo mesmo em tempos de não crise, que poderá ser rapidamente escalado em tempos de crise, parcialmente alterando temporariamente as regras para encorajar uma maior participação.

O subsídio de rendimento aos desempregados deveria ser mantido, mas é essencial condicioná-lo a uma procura de trabalho eficaz

A intensificação do desemprego de longo prazo cria necessidades agudas de subsídio de rendimento. Nos países onde a duração do subsídio é normalmente curta, ou a cobertura de trabalhadores em trabalhos atípicos é baixa, houve necessidade de prolongar a duração e cobertura dos subsídios durante a recessão. Estes prolongamentos deveriam ser mantidos até a reserva de desempregados de longo prazo começar a reduzir-se de forma significativa. Mas está a tornar-se ainda mais importante assegurar que estes prolongamentos sejam acompanhados por uma monitorização de perto dos esforços de procura de emprego para evitar a dependência dos subsídios. Trata-se de um desafio difícil, especialmente nos países onde falta aos serviços públicos de emprego (SPE) pessoal ou capacidade administrativa para lidar com uma ampla reserva de cada vez mais candidatos a emprego heterogéneos. Os

países onde os subsídios de desemprego já eram bastante generosos antes da crise e foram prolongados mais ainda deveriam eliminar gradual e rapidamente essas medidas da crise durante a retoma.

Os serviços de reinserção laboral possuem um papel-chave na promoção de uma reintegração rápida dos candidatos a emprego em empregos produtivos

Estratégias de activação eficazes ajudaram muitos países da OCDE a terem uma taxa de desemprego baixa antes da crise e podem ter um papel muito importante na aceleração da reintegração dos candidatos a emprego durante a retoma. Mas a política de activação terá de ser adaptada às condições económicas. A maioria dos países manteve ou até prolongou a ajuda à procura de emprego e também procura fornecer serviços de reintegração profissional mais focalizados, incluindo oportunidades de formação, para os desempregados mais difíceis de reinserir. Nas actuais circunstâncias, justifica-se uma mudança para um maior investimento em formação, especialmente ligada às necessidades locais do mercado de trabalho. Enquanto que implantar uma estratégia de activação eficaz leva tempo e, muitas vezes, reforma institucional, pode ser útil utilizar recursos escalados resultantes da crise para desenvolver uma estratégia de activação mais eficaz e duradoura para o futuro.

Uma estratégia abrangente para promover a criação de emprego e um crescimento económico sustentado podem também implicar a reconsideração de algumas regulamentações laborais

Este é um período particularmente difícil para considerar reformas estruturais do mercado de trabalho, especialmente as que dizem respeito às regulamentações laborais. No entanto, à medida que a retoma avança, é essencial criar as iniciativas certas para que as empresas contratem. Para além dos subsídios de contratação temporários e esforços para promover a empregabilidade, tal poderia implicar o reequilíbrio da protecção do emprego entre contratos temporários e permanentes. Ao fazer-se tal, permite-se que os empregos temporários funcionem melhor como pontos de partida para empregos permanentes, em vez de armadilhas.

No entanto, este tipo de estratégia resultará, com o passar do tempo, numa maior mobilidade laboral entre os trabalhadores permanentes. Alguns poderão ter perdas de rendimento durante a procura de outro emprego e mesmo no momento de reintegração num emprego. Assim, a reforma da regulação laboral deveria ser introduzida como parte de um pacote global que fornece subsídios de desemprego adequados, com condições de disponibilidade de trabalho estritamente reforçadas e medidas de activação correctamente elaboradas. A constatação apresentada neste volume sugere que proteger e acompanhar os trabalhadores na sua transição de emprego para emprego pode realmente melhorar reafecção de trabalho produtiva. Esta mensagem foi nitidamente afirmada na *Estratégia de Emprego reformulada da OCDE*. No entanto, agora assume uma importância ainda maior, uma vez que a necessidade de promover a criação de emprego promove igualmente uma reafecção laboral eficaz é de suma importância para abordar a elevada e persistente taxa de desemprego e promover um crescimento sustentável e partilhado.

Ultrapassar a Crise de Emprego

Este capítulo actualiza a análise da *Visão Geral sobre o Emprego na OCDE de 2009* sobre o impacto da recessão de 2008-2009 no mercado de trabalho e as respostas políticas à crise de emprego resultante. Documenta a rápida deterioração das condições do mercado de trabalho durante a recessão económica e sublinha que ainda que a retoma económica avance, levará tempo a reduzir o desemprego e subemprego significativamente dos actuais níveis elevados. No entanto, o aumento do desemprego tem sido muito variável entre os países e as diferenças de como baixou bruscamente o PIB real e deixa muita dês heterogeneidade por explicar. De facto, nalguns países, os empregadores reagiram à intensa redução da procura reduzindo muito bruscamente o emprego, enquanto que noutros países foram enfatizadas as reduções de horas e a partilha de trabalho. A ampla contribuição da redução das horas para o ajuste do volume de trabalho durante a recessão deveu-se, em parte, a esquemas públicos de trabalho de curto prazo que preservaram um número significativo de empregos, pelo menos a curto prazo. Os governos planearam continuar a escalar o subsídio de rendimento e a ajuda à reintegração laboral para as pessoas que perderam o emprego em 2010, mas enfrentam agora a dificuldade de escolha relativamente a quão rapidamente devem eliminar estas ajudas com a retoma ainda incerta e as crescentes pressões fiscais. As futuras prioridades deverão garantir a retoma do índice de criação de emprego e, ao mesmo tempo, evitar que o desemprego e a inactividade se tornem persistentes.

A Crise Global nas Economias Emergentes: O Impacto no Emprego e a Resposta Política

A recente crise financeira e económica mundial tem implicações sociais importantes nas economias emergentes, onde os trabalhadores tendem a ser mais vulneráveis a choques que os seus homólogos das economias avançadas. Os países que já possuíam programas de protecção social antes da crise encontram-se numa melhor posição para responder eficazmente ao súbito aumento de necessidades sociais. No entanto, enfrentam um desafio importante: como utilizar uma capacidade administrativa limitada e recursos para fazer face a procuras crescentes ao mesmo tempo que mantêm a eficácia de redes de segurança social. Para melhorar o subsídio de rendimento das pessoas que perderam o emprego no sector formal é importante pôr em prática medidas que estendam a cobertura do seguro de desemprego, aumentar os níveis de subsídios ou facilitar as condições de elegibilidade. Alargar os actuais programas de transferência de dinheiro ou efectuar pagamentos excepcionais pode ajudar a fornecer apoio aos agregados familiares que estão quase em risco de pobreza bem como aos já pobres agregados familiares que sofreram uma maior deterioração das suas condições de vida. Alargar os programas de obras públicas (POP) já existentes pode fornecer apoio rápido aos recém-desempregados, já que evita os custos de arranque e reduz os desafios de implementação. Em tempos de crise, os programas de obras públicas deveriam favorecer os projectos de trabalho intensivo e limitar os custos não laborais para maximizar o número de empregos criados e fornecer uma segurança social eficaz.

Determinantes Institucionais e Políticos dos Fluxos do Mercado de Trabalho

Todos os anos são criadas muitas empresas novas, enquanto empresas existentes se expandem e outras ainda fecham as portas. Neste processo, são criados empregos e são contratados trabalhadores; mesmo quando muitos postos de trabalho são suprimidos e os

Figura 1.19: Média anual de reserva de trabalhadores que participam em esquemas de trabalho de curto prazo como percentagem da totalidade dos trabalhadores

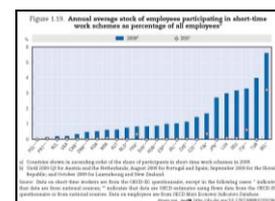
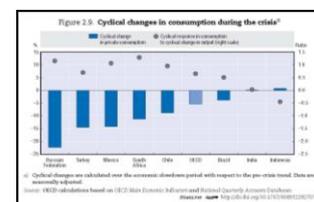
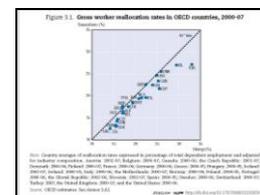


Figura 2.9: Mudança cíclica no consumo durante a crise



trabalhadores deixam os seus empregadores. A reafecção laboral é um indicador importante do crescimento da produtividade: as empresas menos produtivas tendem a destruir mais empregos e as mais produtivas criam mais empregos. A constatação retirada de dados internacionalmente harmonizados sugere que as instituições e as políticas como a protecção de emprego, subsídios de desemprego e regulações do mercado de produto são determinantes-chave da reafecção laboral em todas as indústrias. Em particular, as diferenças no rigor da legislação da protecção de emprego explicam entre 20% a 30% da diferença constatada entre os países no que respeita às taxas de contratação e separação. Em condições económicas normais, a protecção do emprego afecta principalmente as transições de um emprego para outro, enquanto que as transições de um emprego para o desemprego permanecem não afectadas. No entanto, melhorar a reafecção laboral pode ter efeitos de distribuição. As pessoas que perdem o emprego sofrem consideráveis reduções de rendimentos e condições laborais, nomeadamente durante períodos de recessão económica. Por esta razão, os países deveriam acompanhar as reformas de melhoramento da flexibilidade com subsídios de desemprego adequados, com condições de disponibilidade de trabalho estritamente reforçadas e um pacote de activação correctamente elaborado.

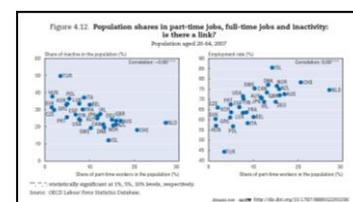
Figura 3.1. Taxas de Reafecção de trabalhadores Bruta nos países da OCDE, 2000-07



O trabalho em part-time é realmente positivo?

Incentivar o aumento de trabalho temporário de alta qualidade pode ser uma estratégia importante para os governos preocupados com o envelhecimento da população, uma vez que mais empregos em part-time estão associados com uma maior participação de mão-de-obra. Ainda que o aumento de trabalho em part-time tenha sido associado à melhoria da qualidade de trabalho para os que trabalham em part-time, estes continuam a ganhar menos, a ter uma segurança laboral fraca e menos oportunidades para avançar do que os seus homólogos em full-time. No entanto, em termos de satisfação laboral geral, estas desvantagens são muitas vezes compensadas por um melhor equilíbrio da vida laboral, o que permite aos que têm ou estudam responsabilidades, pensão de invalidez ou estão perto da reforma permanecerem ligados ao mercado de trabalho. Os governos deveriam remover os obstáculos ao trabalho em part-time para os que o desejam. Mas uma vez em trabalho em part-time, os trabalhadores deverão ser igualmente capazes de passar a trabalhos full-time quando a sua situação mudar. Os desincentivos financeiros gerados pelos sistemas de impostos e subsídios e por acordos de protecção social das crianças inadequados podem tornar o trabalho com mais horas pouco atraente e conduzir a longos períodos de trabalho em part-time involuntário, com consequências negativas, a longo prazo, para os indivíduos e sociedade.

Figura 4.12: Cotas de população em empregos de part-time, full-time e inactividade: existe uma ligação?



Este sumário contém **StatLinks**, um serviço que fornece ficheiros Excel™ a partir da página impressa.

OECD 2010

Este sumário não é uma tradução oficial da OCDE.

A reprodução deste sumário é permitida desde que sejam mencionados o copyright da OCDE e o título da publicação original.

Os sumários multilingües são traduções dos excertos da publicação original da OCDE, publicada originariamente em Inglês e Francês.

Encontram-se livremente disponíveis na livraria on-line da OCDE

www.oecd.org/bookshop/

Para mais informações, entre em contato com a OECD Rights and Translation unit, Public Affairs and Communications Directorate.

rights@oecd.org

Fax: +33 (0)1 45 24 99 30

OECD Rights and Translation unit (PAC)
2 rue André-Pascal
75116 Paris
França

Visite nosso sítio www.oecd.org/rights/

